

Itamar quer de Haddad prazo menor para queda da inflação

■ Presidente acha que povo não agüenta esperar mais 3 meses

BRASÍLIA — “O país não pode agüentar mais uma inflação no patamar em que está por três ou quatro meses”, afirmou ontem o presidente Itamar Franco ao anunciar que exigirá do ministro da Fazenda, Paulo Haddad, a quem fez questão de elogiar como “um homem inteligente e excepcional”, um prazo menor que os três meses que pediu para executar o plano de estabilização em estudo por sua equipe. Sem citar o ex-ministro e hoje deputado Delfim Netto (PDS-SP), a quem se atribui a frase, e assinando não ser de sua autoria, Itamar lembrou que “quem derruba ministro da Fazenda não é o presidente, mas a inflação”.

Sem gravata, bem-humorado, o presidente chegou ao Palácio do Planalto às 9h50, despachou com o presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, e com o ministro da Saúde, Jamil Haddad. Conversou por mais de uma hora, em seu gabinete, com jornalistas, aos quais afirmou que “o povo sabe que o governo vai tomar medidas, mas não aceita mais que apenas se limite a anunciar o que não vai fazer, como promover choques”.

“Quando o ministro Haddad diz que precisa de três meses, não significa que terá estes três meses”, declarou. “Nós não temos mais tempo. O povo pode até ter mais tempo, mas precisamos saber quanto tempo tem o povo”, emendou.

Crítica — Depois de elogiar Haddad, classificar de “conversa de jornal paulista” que o está reprimendo e voltar a negar a existência de um *Plano Haddad*, Itamar criticou o ministro por haver afirmado

que a inflação continuará nos níveis atuais por mais três meses. “Com esta afirmação, o ministro está dando um choque na população e incentivando os agentes econômicos a continuar remarcando preços”, disparou.

O presidente se disse “insatisfeito” com a conjuntura econômica, com as altas taxas de inflação, o desemprego e a recessão. Ele foi enfático: “Ou dizemos ao povo que não há saída ou encontramos uma saída.” Mencionou o conselho do falecido senador Teotônio Vilela, segundo o qual governantes e homens públicos devem ficar sempre atentos “à realidade das ruas”.

Balançadinha — Ele confirmou, “em tom de brincadeira”, ter recomendado a Haddad, em despacho na quinta-feira, que “levantando um pé, não fique com os dois pés no chão, dê uma balançadinha” — isto é, que apresse a execução do plano de estabilização. Negou-se enfaticamente a antecipar as propostas de Haddad no plano de estabilização que teriam sua aprovação, sublinhando esperar que o plano não sugira controle de preços. Quando indagado se concordava com a adoção de uma “âncora” monetária (menor emissão de moeda) ou cambial (pré-fixação do câmbio), brincou: “Não sei nem jogar âncora”.

Anunciou ainda o presidente Itamar que sancionará, possivelmente com um veto, na próxima semana, o projeto de lei que desqualiza as tarifas do setor elétrico, que frisou tratar-se de medida revolucionária. Não adiantou o veto, mesmo porque ainda não conversa-

ra por telefone com o líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), que está no Recife. Fontes do governo revelaram, contudo, que o veto deve recair na emenda que permite aos estados abater de suas dívidas com a União metade dos débitos do Sistema Telebrás com as concessionárias estaduais.

Informou ainda que na segunda-feira submeterá ao Senado os nomes que restam para compor a diretoria do Banco Central e na quarta ou quinta-feira examinará a segunda versão do projeto em elaboração pelos ministérios da Justiça e Fazenda que reformula a lei contra abuso do poder econômico.

Sempre fazendo citações, o presidente lembrou: “Como dizia o presidente Juscelino Kubitschek, algo vai mal quando você entra no elevador, quando toma um táxi, quando chega em casa e vê o povo reclamando, vê o povo infeliz.”

Cuidados — Segundo ele, num regime democrático o presidente pode muito pouco. “O presidente pode ficar ainda mais enfraquecido se não tomar cuidado com o controle das comunicações, com que o sistema de telefonia celular não seja dominado por dois ou três grupos, se não cuidar para ter um Banco Central imune às pressões do sistema financeiro.”

Sobre a polêmica do segundo escalão, Itamar disse que nomear “B” ou “C” é varejo: “Desencanta a gente. O varejo desencanta.” Para ele, está se fazendo uma guerra santa contra o ajuste fiscal, que a esquerda queria e também a direita. “Vamos ter de enfrentar ainda uma lei complementar para o IPMF.”